**MÃE E PROFESSORA: O FEMININO E OS DESAFIOS NO ENFRENTAMENTO
DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA DOCÊNCIA**

**MOTHER AND TEACHER: THE FEMININE AND THE CHALLENGES IN
DEALING WITH GENDER RELATIONS IN TEACHING**

Ronaldo Costa da Conceição¹

Josiane Peres Gonçalves²

RESUMO: O presente estudo traz a temática em gênero no contexto escolar por meio da problematização do espaço que o feminino ocupou e vem ocupando em relação à atuação docente. Também discute por meio da contextualização da história da educação das mulheres de que forma estas transitaram do ambiente doméstico às salas de aula, passando inicialmente pelo magistério e, conseqüentemente, vindo a ocupar outras esferas laborais em nossa sociedade ao longo dos anos. Um terceiro aspecto apresentado aqui diz respeito ao lugar da maternidade no universo do feminino, especialmente àquele referente às mulheres que são mães e também professoras. Cientificamente, este trabalho apoia-se em um viés metodológico de caráter bibliográfico e enriquecido com os estudos de pesquisadores da área de gênero, docência e história da educação, tais como Gerda Lerner, Cláudia Pereira Vianna, Zeila de Brito Fabri Dermartini e Fátima Ferreira Antunes. Buscando ainda oferecer um bom entendimento sobre o tema, este artigo se organiza em quatro seções, nas quais inicialmente observamos uma breve apresentação sobre as expectativas da atuação e do papel docente, posteriormente temos um enfoque na história da educação das mulheres brasileiras revelando suas lutas e conquistas até ao magistério, seguida da análise da maternidade e docência enquanto campo dicotômico quando consideramos os aspectos do educar e do criar desde sua possível gênese até o século XXI e, então, por último apresentamos uma crítica sobre o assunto, no intuito de possibilitar reflexões pessoais de pesquisadores e amantes do campo de gênero e docência, bem como de incentivar demais produções textuais ou mesmo mudanças nesta seara.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Maternidade; Docência.

¹ Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus do Pantanal (CPAN). Graduado em Psicologia pela mesma instituição. Especialista em Educação para Educação Profissional, Científica e Tecnológica pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) Campus de Corumbá. Profissional de serviço de saúde na função de psicólogo no CAPS II - José Fragelli, de Corumbá / MS. Rua Tenente Melquíades 532 – Centro. Telefone: (67) 3907-5094. E-mail: ronaldo.conceicao@ufms.br

² Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Permanente dos Programas de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campus do Pantanal (CPAN/UFMS) e da Faculdade de Educação. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Desenvolvimento, Gênero e Educação (GEPDGE), vinculado à Rede Internacional América Latina, África, Europa, Caribe (ALEC). Bolsista Produtividade FUNDECT/CNPq. Telefone (Secretaria): (67) 3345-7616/ 3345-7617. E-mail: josiane.peres@ufms.br

ABSTRACT: This study addresses the issue of gender in the school context by problematizing the space that women have occupied and continue to occupy in relation to teaching. It also discusses, through the contextualization of the history of women's education, how women have moved from the domestic environment to the classroom, initially passing through teaching and, consequently, coming to occupy other spheres of work in our society over the years. A third aspect presented here concerns the place of motherhood in the universe of women, especially that which refers to women who are mothers and also teachers. Scientifically, this work is based on a methodological bias of bibliographical nature and enriched with studies by researchers in the area of gender, teaching and history of education, such as Gerda Lerner, Cláudia Pereira Vianna, Zeila de Brito Fabri Dermartini and Fátima Ferreira Antunes. Seeking to provide a good understanding of the topic, this article is organized into four sections, in which we initially observe a brief presentation on the expectations of the performance and role of teachers, then we focus on the history of education of Brazilian women, revealing their struggles and achievements up until the teaching profession, followed by the analysis of motherhood and teaching as a dichotomous field when we consider the aspects of educating and raising from their possible genesis to the 21st century and, finally, we present a critique on the subject, with the aim of enabling personal reflections from researchers and lovers of the field of gender and teaching, as well as encouraging other textual productions or even changes in this area.

KEYWORDS: Gender; Motherhood; Teaching.

Introdução

A docência enquanto exercício é uma atividade laboral que demanda muito mais do que o conhecimento acadêmico adquirido na formação. É, sem dúvidas, uma das, se não a atividade que mais requer de um sujeito, pois exige preparo antes, durante e após a aplicação da aula. Em demais esferas que circundam a sua aplicabilidade, ensinar requer ainda dos docentes tempo e energia, elementos vitais para uma atuação consistente, mas que por vezes camufla seu caráter exigente e exaustivo.

Estar em sala de aula enquanto prática diária requer também destes profissionais habilidades interpessoais constantes e que compõem o saber docente na atuação. Diariamente, professores e professoras em todo o país deixam suas casas e adentram espaços escolares levando consigo além do que dispõem a ensinar, o seu conhecimento, mas também vivências de sua construção pessoal e que refletem suas memórias de quem são enquanto sujeitos e profissionais.

Entretanto, historicamente, este movimento pendular de casa/trabalho ou trabalho/escola nem sempre esteve marcado pela simplicidade do entendimento da ideia de como se dá a locomoção desses docentes aos seus postos de trabalho, mas, pelo contrário, esteve inscrito num processo de lutas e arranjos culturais e políticos, especialmente no tocante à educação das mulheres e à formação destas para a docência, a que esse texto se propõe a abordar.

Assim, em linhas gerais, esta produção textual buscará, por meio de um resgate histórico centrado em estudos anteriores, realizar um apontamento de como se deu este movimento das mulheres, antes donas de casa e mães dedicadas exclusivamente aos afazeres domésticos, para a ocupação dos espaços escolares enquanto educadoras. Para sustentar as ideias aqui propostas, iniciemos, por meio da seção seguinte, com a contextualização do feminino e a construção das mulheres professoras.

Mulheres, histórias e lutas: o feminino em foco

Em seu livro “A criação do patriarcado”, Gerda Lerner (2019) discute no primeiro capítulo de sua obra sobre as origens da submissão feminina e como esta ideia de submissão se moldou e foi entendida ao longo dos anos. Partindo da visão de teóricos tradicionalistas, a autora nos apresenta a submissão da mulher ao homem como uma característica universal do feminino e, por esta razão, a submissão seria imutável e inquestionável uma vez que foi criada por Deus com os desígnios do sexo biológico e reforçados socialmente com os papéis de homens e mulheres em seus espaços sociais. Em contrapartida, críticos da versão androcêntrica contestam essa submissão e acreditam na necessidade de mudança, pois, por crerem que se a gênese patriarcal tem origens na história, aquela pode ser extinta também por meio de processos de igual relevância.

Desta forma, vemos que não é de hoje que questões de gênero são postas em pautas, muito menos que estudiosos e pesquisadores contestam o(s) lugar(es) da(s) mulher(es) na sociedade, entretanto, contemporaneamente ainda percebemos uma subjugação do feminino nos contextos sociais expressa muitas vezes pelo papel exclusivo de donas de casa que muitas mulheres são levadas a ocupar, à não equiparação salarial ao homem ou mesmo ao lugar reservado e, de certa forma, sagrado da maternidade destinados a elas.

Tal dicotomia releva consigo, portanto, as nuances e as complexidades de uma temática de raiz histórica que, no campo da educação a que este texto se detém, se inicia

com os primeiros movimentos de mulheres no campo escolar brasileiro e que, com efeito a determinado contexto, se baseiam primordialmente com os achados de Dermartini e Antunes (1993) que nos mostram que:

Durante o período colonial, a mulher brasileira esteve afastada da escola. Os colégios e escolas elementares mantidos e administrados pelos jesuítas destinavam-se apenas aos homens. Às mulheres cabia aprender e dedicar-se a tarefas ditas "próprias ao seu sexo": costurar, bordar, lavar, fazer rendas e cuidar das crianças. (Dermartini; Antunes, 1993, p. 6).

Ainda em seu trabalho, as autoras previamente mencionadas afirmam que somente após a independência que o cenário do lugar feminino começou a mudar, especialmente com a lei de 15 de outubro de 1827, com a qual as mulheres adquiriram o direito à educação com o surgimento das escolas de primeiras letras para meninas e “com isso também surgiram as primeiras vagas para o sexo feminino no magistério primário, e sua possibilidade de instrução foi ampliada.” (Dermartini; Antunes, 1993, p. 6).

No tocante à criação das Escolas Normais e do projeto de lei de 1830, que ofertava preferencialmente às mulheres o ensino primário na rede pública, tinha-se, entretanto, o registro de que todas recebiam o público masculino, o que, para Campos (1989), citado por Dermartini e Antunes (1993), refletia uma dicotomia uma vez que por um lado a necessidade da educação formal frente às funções que as mulheres viriam a desempenhar no meio social era irrelevante enquanto, por outro, pelas características de seu sexo, as mulheres e o seu exercício docente seriam próprios para o educar das crianças, já que tais habilidades eram naturalmente entendidas como inatas. Entretanto, “com o passar do tempo – já nos últimos anos do Império –, a situação se alterou e, pouco a pouco, as mulheres foram sendo admitidas na Escola Normal e acabaram por transformá-la num espaço predominantemente feminino.” (Dermartini; Antunes, 1993, p. 6).

Observamos até aqui que, por mais que a entrada das mulheres na docência tenha se dado por intervenção legislativa mediada pelo projeto de lei previamente citado e de que as bases dessas considerações tenham sido biológicas, focadas no seu sexo, e sociais, focadas no seu saber-fazer feminino, as mulheres alcançaram um espaço que por muito tempo se configurava como predominantemente masculino, iniciando assim um movimento de feminização do magistério.

Tais conquistas não as imunizaram, entretanto, dos vieses relacionados ao seu papel e sexo frente ao contexto escolar da época, isso porque “as mulheres sentiam o peso do

preconceito em relação ao trabalho feminino entre o próprio professorado. Apesar de representarem a maioria absoluta, as professoras levavam desvantagem em relação aos professores em termos de carreira e remuneração.” (Dermartini; Antunes, 1993, p. 7).

Contudo, mesmo que tal desigualdade salarial se explicasse pelo fato de muitos homens à época serem responsáveis financeiramente pelos lares, em contrapartida, não justificava de maneira coerente o fato de que mulheres também contribuíam em casa com afazeres domésticos e ainda assim lecionavam sob condições salariais desiguais as dos professores homens.

Assim, por meio de um inquérito realizado em 1914, alguns entrevistados “constatavam com pesar que o magistério estava se tornando uma profissão predominantemente feminina e acreditavam que os baixos salários estavam na base do problema. Os homens, em virtude de sua condição de ‘chefe de família’, tendiam a procurar profissões mais rentáveis.” (Dermartini; Antunes, 1993, p. 7). Atribui-se, desta forma, à entrada das mulheres na docência do magistério primário, e à saída dos homens na busca por melhores vencimentos, o empobrecimento da categoria docente (Bruschini, Amado, 1988 apud Dermartini; Antunes, 1993, p. 8). Assis (2022) reforça ainda que:

A inserção da mulher no magistério foi progressiva e ganhou força no último quarto do século XIX. Este processo não deve ser tomado apenas como o aumento quantitativo do número de mulheres lecionando. Trata-se de algo mais profundo, vinculado a certas condições de produção que institucionalizaram a mulher como professora ao mesmo tempo em que define os atributos necessários para o lugar social da docente. (Assis, 2022, p. 112).

Além disso, “entender a feminização do magistério no Brasil é estar atento a uma série de fatores intrinsecamente ligados, o que envolve uma sociedade com raízes patriarcais e influenciada pelo discurso religioso bem como uma construção ideológica que inferioriza o feminino ao enaltecer o masculino.” (Assis, 2022, p. 113).

Mariano e Ribeiro (2018) afirmam, entretanto, que “muito embora o magistério feminino fosse revestido de uma ideologia que o ligava à maternidade, a docência foi uma das primeiras profissões que as mulheres tiveram acesso e que permitiu, portanto, que elas se afastassem (ainda que de modo controlado) da esfera doméstica.” (Mariano; Ribeiro, 2018, p. 194). Ademais, segundo Mariano e Ribeiro (2018), ao citar Almeida (1998), foi por ocuparem o magistério primário que as mulheres puderam ascender ao secundário, chegar

às universidades e conseqüentemente migrar para outros campos profissionais além da docência.

Com isso, tem-se que em suas histórias de lutas, as mulheres tiveram, através da entrada no magistério, a oportunidade de mudar suas próprias realidades e lançar luzes às possibilidades de mudança também de inúmeras outras no Brasil. Ao irem conquistando espaços que naturalmente não lhe eram reservados, como o secundário e as universidades, essas mesmas mulheres que deixavam a esfera doméstica levavam o feminino a ser ampliado enquanto campo de atuação profissional e o colocava em foco ao promover uma visibilidade para questões de gênero e discussão de direitos que por muito tempo já se ignorava.

Todavia, outras questões carecem de atenção no contexto educacional quanto à presença feminina nas escolas e uma delas que buscaremos tratar na próxima seção deste artigo diz respeito às docentes que são mães e que lidam duplamente com as jornadas e com os desafios de conciliar o campo do ensino e da maternidade, especialmente àquelas mães e professoras frente as exigências e demandas do novo século.

Maternidade e docência: desafios femininos quanto ao criar e educar

Para iniciar nossa conversa sob esta ótica maternal e docente, gostaríamos de retomar os estudos de Gerda Lerner (2019), em seu capítulo inicial discutindo o entendimento da maternidade como ponto de partida. Para os estudiosos tradicionalistas, a maternidade era entendida como um propósito de vida e se sustentava pela assimetria no fator biológico entre os sujeitos. Estes mesmos autores consideravam “a função materna uma necessidade da espécie, uma vez que as sociedades não teriam conseguido chegar à modernidade sem que a maioria das mulheres dedicasse quase toda a vida adulta a ter e criar filhos.” (Lerner, 2019, p. 53).

Além disso, tradicionalistas viam no homem, por conta de seu sexo biológico, uma masculinidade e força naturalmente esperadas para desempenhar seu papel de provedor e caçador, especialmente em sociedades tribais, pois “o homem-caçador, superior em força, habilidade e com experiência oriunda do uso de ferramentas e armas, ‘naturalmente’ vai proteger e defender a mulher, mais vulnerável, cujo aparato biológico a destina à maternidade e aos cuidados com o outro.” (Lerner, 1919, p. 54).

Nos dias atuais, essa teoria é, de várias maneiras e de longe, a versão mais popular do argumento tradicionalista, tendo grande efeito de explicação e corroboração de ideias contemporâneas de supremacia masculina. É provável que isso tenha ocorrido em razão de sua pompa “científica” com base em uma seleção de evidências etnográficas e no fato de considerar a dominação masculina de um modo que traz alívio aos homens, pois os isenta de qualquer responsabilidade sobre ela. (Lerner, 2019, p. 54)

A isenção da culpabilidade masculina quanto ao status de dominação que lhe foi dado naturalmente por conta de seu fator biológico ao longo de muitos anos depositou, ao mesmo tempo, na mulher toda responsabilidade pela manutenção da dualística dominante e dominado. Assim, para os defensores deste pensamento, os homens, na impossibilidade de dominar outros homens pelo simples fato destes possuírem a mesma simetria sexual, encontravam na assimetria das mulheres o fator que justifica, então, a submissão delas a eles. Porém,

A defesa tradicionalista da supremacia masculina com base em determinismo biológico mudou com o tempo e se provou bastante adaptável e resiliente. Quando o argumento religioso perdeu força no século XIX, a explicação tradicionalista da inferioridade das mulheres tornou-se “científica”. As teorias darwinistas reforçaram crenças de que a sobrevivência da espécie era mais importante do que a autorrealização. Por mais que o movimento Evangelho Social usasse a ideia darwinista de sobrevivência do mais forte para justificar a distribuição desigual de riquezas e privilégios na sociedade norte-americana, defensores científicos do patriarcado justificavam a definição de mulheres pelo papel materno e pela exclusão de oportunidades econômicas e educacionais como algo necessário para a sobrevivência da espécie. Era por causa da constituição biológica e da função materna que mulheres eram consideradas inadequadas para a educação superior e muitas atividades vocacionais. (Lerner, 2019, p. 56)

Em seu trabalho “Mãe, mulher, feminino, professora... e o falo”, Franco (2010) contribui com os achados sobre maternidade e educação previamente apresentada ao afirmar que anterior ao século XIX a presença masculina na seara docente era bastante forte e por estes homens portarem os conhecimentos necessários a serem lecionados, somente eles poderiam repassá-los. Desta forma, “o que estava reservado às mulheres dizia respeito somente aos ofícios domésticos, como cozinhar, bordar, tecer, cantar. Toda educação propriamente intelectual lhes era proibida.” (Franco, 2010, p. 70). Ainda,

No século XX, o trabalho extradomiciliar se tornou parte inalienável na realização dos homens. O trabalho feminino refletia o mercado disponível

a elas, e não uma escolha individual. As mulheres estavam aonde se esperava encontrá-las. Era necessário que a mulher fosse encaminhada para determinadas carreiras adequadas ao sexo feminino, sem muitas barreiras que dificultassem o casamento. Sendo assim, as mulheres começaram então a trabalhar como professoras, seja porque desejavam ascender socialmente, e um trabalho não manual era mais adequado, seja porque o cargo era desvalorizado, com baixos salários, pouco tempo de serviço, o que lhes possibilitava dar atenção ao marido e aos filhos. (Franco, 2010, p. 71).

Culturalmente instaurada na sociedade, percebemos a maternidade ser, de certa forma, treinada ainda na infância quando as meninas são estimuladas a interagir em brincadeiras que aludem ao cuidado nem tanto de si, mas sim do outro. Assim, essas meninas desde cedo são incentivadas a manusear bonecas e, com o passar dos anos, em suas fantasias e brincadeiras infantis se tornam mães e donas de casa ao brincar de casinha, professoras quando brincam de escolinha ou mesmo médicas e enfermeiras, quando se propõem a cuidar dos doentes, o que quase nunca deixa de passar pela interação com o genitor, um irmão, ou mesmo alguma outra figura masculina na família que mereça cuidados, por exemplo.

Complementarmente às ideias apresentadas, Vianna (2001) reforça que “nossa socialização interfere na forma como nós – homens e mulheres – nos relacionamos, interfere nas profissões que escolhemos e na maneira como atuamos.” (Vianna, 2001, p. 90). Contudo, na visão da autora, não se trata de atestar que tais arranjos sempre estiverem organizadas nessa configuração ou que são partes constituintes na natureza humana, mas “de afirmar que as expressões da masculinidade e da feminilidade são historicamente construídas e referem-se aos símbolos culturalmente disponíveis em uma dada organização social” (Vianna, 2001, p. 90) e, por esse motivo, aos olhos da autora, também corresponderiam “às normas expressas em suas doutrinas e instituições, à subjetividade e às relações de poder estabelecidas nesse contexto.” (Vianna, 2001, 90).

Assim, as mulheres têm lutado, ao longo da vida, para superar uma história que favoreça apenas a participação masculina e embrenha a maternidade sob uma ótica cultural, social e histórica num nível natural e obrigatoriamente aceitável no universo feminino que, até os dias atuais, tem se sustentado por jornadas de trabalho dentro e fora de casa (Gonçalves; Ternovoe, 2017), reforçando, desta maneira, o duplo papel de mães e profissionais para elas. Com efeito:

Embora, tenham conseguido ampliar seus espaços de atuação para além das atividades domésticas, por exemplo, a partir de sua inserção no

mercado de trabalho, é preciso lembrar que para emancipar-se profissionalmente, as mulheres têm que enfrentar uma jornada tripla, ao trabalhar em seu emprego formal, trabalhar em casa e cuidar dos filhos. Muitas das vezes não contando com ajuda de seu parceiro, resultando na desigual distribuição das atividades domésticas. (Nonato et al., 2022, p. 4)

Segundo Vianna (2001), a dicotomia expressa pelo o que é ser homem e o que é ser mulher “cristaliza concepções do que devem constituir atribuições masculinas e femininas e dificulta a percepção de outras maneiras de estabelecer as relações sociais.” (Vianna, 2001, p. 93). Por esta razão, mesmo hoje ainda se reserva às mulheres em nossa sociedade a responsabilidade do cuidado infantil e dos afazeres domésticos, ao mesmo tempo que se espera que elas sejam economicamente ativas para o país em atividades profissionais fora de seus lares.

Tamanhas demandas sobrecarregam o universo feminino de responsabilidades, especialmente o das mulheres docentes, “pois ao mesmo tempo em que a mulher ‘saiu do contexto do lar’ para exercer uma profissão, entende-se que tal carreira se mostra permeada de atravessamentos acerca do papel da mulher/mãe, voltada o tempo todo para um lugar de cuidar”. Tal fato vem, desta forma, a justificar no contexto educacional a “maior participação de mulheres atuando, principalmente no que se refere à realidade brasileira, e em especial na educação infantil e séries iniciais.” (Senotare; Vieira, 2021, p. 2).

Assim, é dentro deste engendramento histórico que vemos se inscrever o feminino e os atuais desafios das mulheres frente à conciliação do trabalho docente e de seu papel materno. Da mulher da atualidade espera-se, portanto, competências e habilidades que combinem a adequação à rotina escolar – fazer planejamento, dar aulas, corrigir tarefas, participar de reuniões pedagógicas, comprometer-se com atividades extracurriculares, etc. – com tempo, atenção e cuidado para os filhos e cônjuge dentro e também fora de casa.

Desta mesma mulher em dupla jornada espera-se ainda que se ganhe por um, mas que se realize dois trabalhos, já que “por não resultar em mercadoria, o trabalho ou o serviço doméstico desenvolvido em favor do próprio grupo familiar é entendido como uma forma de respeito, reciprocidade e obediência, portanto, pouco valorizado, mesmo quando contribui para liberar alguns membros da família para outras atividades remuneradas”. (Zibetti; Pereira, 2010, p. 262). Consequentemente, tal constatação sobre as mulheres, mães e professoras do século XXI reflete uma lógica que ainda separa o educar e o criar, mesmo que estes estejam desde muito tempo intrinsecamente ligados, e reforça jornadas de trabalho

muitas vezes longas e exaustivas a que elas são obrigadas a se submeter para conciliar família e emprego.

Considerações finais

As questões e ideias aqui levantadas refletem um cenário contextualizado sobre histórias e lutas do feminino na educação brasileira e não se encerra nestas linhas, mas o seu contrário, busca provocar em quem lê a reflexão sobre o próprio posicionamento acerca do assunto ou mesmo incentivar a produção de mais trabalhos dentro desta temática.

Tem-se, portanto, que este movimento crítico-reflexivo oferece condições para que o gênero possa ser pensado de maneira holística, oferecendo possibilidades de construções e entendimentos do atual lugar das mulheres sob a ótica da docência e da maternidade que busque romper com pensamentos tradicionalistas e arcaicos.

Contudo, ocupar estes lugares ou fazê-los serem vistos é uma luta que as mulheres brasileiras ainda travam e para Bourdieu (1993), citado por Zibetti e Ferreira (2010), tais entraves implicam que “a mudança de mentalidades e práticas sociais depende não só de mudanças econômicas, mas também da mudança de estruturas mentais tanto do sexo dominado, quanto do sexo dominante e só terá início quando as pessoas se derem conta da situação de dominação e buscarem meios para subvertê-la.”

Por fim, para que possamos viver condições mais justas quanto à temática de gênero, é preciso que nos desvencilhemos da visão dicotômica a que muitas vezes somos levados a conceber o que é ser homem e o que é ser mulher em nossa sociedade para que então entendamos que os espaços existentes em nossa organização social possam ser ocupados por ambos sujeitos e não atribuídos somente a um gênero ou outro. Desta forma, deixamos de aceitar como natural relações socioculturais que refletem preconceito e desvalorização e passamos a criar condições para mudanças significativas e mais respeitadas para eles, mas principalmente para elas.

REFERÊNCIAS

(CONCEICAO, R.C.; GONÇALVES, J. P.)

ASSIS, Thaís Reis de. Mulher, mãe ... E professora: a feminização do magistério nas páginas da revista do ensino. **Humanidades e Tecnologia (FINOM)**, v. 35, p. 111-126, ago./out. 2022. Disponível em: Doi 10.5281/zenodo.6476397. Acesso em: 05 nov. 2024.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; ANTUNES, Fátima Ferreira. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 86, p. 5–14, 1993. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/934>. Acesso em: 5 jul. 2024.

FRANCO, Raquel Braga. Mãe, mulher, feminino, professora e... o falo. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 30, p. 67-80, jun. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141469752010000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 nov. 2024.

GONÇALVES, Josiane Peres; TERNOVOE, Janaina dos Santos. Desafios vivenciados por mulheres universitárias de Mato Grosso do Sul, que são mães, profissionais e donas de casa. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 8, n. 2, p. 116 - 142, ago. / dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/8484>. Acesso em: 17 nov. 2024.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

MARIANO, Jorge Luís Mazzeo; RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Têmpera forte e completo desprendimento: História e memória das docentes do sertão paulista (1932-1960). **História da Educação**, v. 22, n. 55, p. 189–208, maio 2018.

NONATO, Raiany Priscila Paiva Medeiros, et al. Mulheres, mães e professoras: vivências e dilemas com o ensino remoto emergencial. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, São Cristóvão, Sergipe, Brasil v.9, n. 2, 2022.

SENATORE, Regina Celia Mendes; VIEIRA, Cristiane Fogos. A mulher-mãe-professora na Educação Infantil e Ensino Fundamental. **Kiri-Kerê - Pesquisa em Ensino**. Espírito Santo, v. 1 n. 10, jun. 2021. Disponível em: DOI: 10.47456/krkr.v1i10.35775. Acesso em 03 nov. 2024.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 17-18, p. 81–103, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644555>. Acesso em: 24 out. 2024.

ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto; PEREIRA, Sidnéia Ribeiro. Mulheres e professoras: repercussões da dupla jornada nas condições de vida e no trabalho docente. **Educar em Revista**, n. spe2, p. 259–276, 2010.